

Resistência na Ocupação Carlos Marighella em Fortaleza: três momentos de conflito e aberturas reflexivas do processo de assessoria

Carolina Jorge Teixeira Guimarães¹

João Marcello Torquato Lima da Silva²

Marcela Monteiro dos Santos³

Mariana Oliveira Ribeiro⁴

Pedro Vitor Monte Rabelo⁵

Vinicius Saraiva Barretto⁶

Introdução

Faria, Polli e Gusso (2020, p. 4-5) definem conflitos urbanos como “confrontos ou litígios, manifestos ou não, relativos às condições de vida urbana, que reivindiquem reconhecimento ou incidam sobre a produção e/ou consumo da cidade, opondo pelo menos dois agentes sociais”. Vainer (2007) defende que os conflitos não significam disfunções e desequilíbrios do sistema, mas sim, condições capazes de aperfeiçoá-lo a partir da dinâmica de seus processos. De maneira complementar, ele afirma:

Com efeito, é a luta social, o conflito aberto o principal, senão o único, caminho através do qual grupos sociais dominados constituem-se enquanto sujeitos coletivos no espaço público - isto é, enquanto sujeitos políticos. Sem conflito, não podem os grupos e classes sociais dominados gerarem identidades, projetos coletivos, práticas coletivas, AÇÃO POLÍTICA. (VAINER, 2007, p. 6).

Logo, é a partir da chave do conflito enquanto estimulador da construção de práticas coletivas, que o texto procura apresentar a experiência da Ocupação Carlos Marighella (OCM), de Fortaleza/CE, em três momentos nos quais as mudanças dos conflitos centrais foram decisivas na reorganização da dinâmica local. Destaca-se que o que está inscrito no presente texto advém da percepção e do acompanhamento das assessorias técnicas populares envolvidas.

Importante ressaltar ainda que a prática da assessoria técnica popular no contexto da pandemia de Covid-19, iniciada em 2020, se mostrou bastante desafiadora, visto a conjuntura da crise desdobrada a partir da pandemia o tempo das urgências para melhorar as condições de vida daquelas famílias da ocupação, haja vista o planejamento e luta por melhores condições de habitabilidade no terreno

¹ Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Ceará, mestranda no PPGAU+D UFC, membro e co-fundador da organização sem fins lucrativos Quintau Coletivo.

² Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal do Ceará, membro e co-fundador da organização sem fins lucrativos Quintau Coletivo.

³ Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Ceará, mestranda no PPGAU+D UFC, membro e co-fundador da organização sem fins lucrativos Taramela Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade.

⁴ Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Ceará, especialista em Assessoria Técnica, Habitação e Direito à Cidade pela Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia (RAU+E UFBA)

⁵ Arquiteto e Urbanista pela Universidade de Fortaleza, mestrando em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPGAU UFBA), membro da organização sem fins lucrativos Taramela Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade.

⁶ Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal do Ceará, mestrando no PPGAU+D UFC, membro e co-fundador da organização sem fins lucrativos Quintau Coletivo, membro da organização sem fins lucrativos Taramela Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade.

ocupado. Nesse contexto, a assessoria tentou se manter presente e colaborar com o enfrentamento aos impactos da transmissão do vírus.

Conflito pela terra

Em um cenário de crise habitacional, agravado pelas consequências da recente pandemia da COVID-19, a Ocupação Carlos Marighella (OCM) surge a partir da ocupação de um terreno vazio no bairro Mondubim. Tão logo se deu esse processo, iniciaram-se também os conflitos relacionados aos seus usos e titularidades de posse. Apesar de se tratar de um terreno desocupado há décadas, sem construções preexistentes ou muros que o delimitassem, os ocupantes foram logo surpreendidos com ações truculentas de seguranças particulares contratados pelos então proprietários do terreno (SILVA, 2022). Tais ações se deram sem quaisquer medidas judiciais, e culminaram na derrubada de algumas moradias ali recentemente instaladas.

Nesse contexto de conflito inaugural, vale refletir acerca da determinação de Seu Cirino e Dona Rose, com suas respectivas famílias, de iniciar a Ocupação Carlos Marighella mesmo que de maneira orgânica, sem a princípio existir uma unidade de base forte e organizada é de fato impressionante, parafraseando Certeau (1998), pode-se identificar como a ação do “herói comum”. No qual se encontrava vulnerabilizado, decorrente da ordem hegemônica que recentemente teve suas desigualdade ainda mais expostas ao atravessar a pandemia, e confronta a situação posta por meio da inventividade, rompendo os acordos sociais de propriedade privada, sem contudo ferir diretamente a legislação, uma vez que o terreno original já não cumpria sua função social. No entanto, se explicita o conflito de poder entre o “herói comum”, que reivindica mínimas condições de sobrevivência, e as instituições. Uma vez que inicialmente houve a intensa disputa territorial por meio das diversas tentativas de reintegração de posse, ações de truculência e repressão, até o momento em que a Ocupação ganha determinada visibilidade e mobilização.

A decisão quanto à pertinência do pedido de reintegração de posse oscilou algumas vezes no âmbito judicial, fazendo com que as famílias se encontrassem em constante sentimento de medo e incerteza sobre sua situação (SANTOS, 2022. p. 130) . Durante esse processo, o poder público – na figura na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (Habitafor) – é acionado e passa a integrar o quadro de agentes do conflito. A secretaria oferece então, como alternativa a desocupação do terreno, a concessão de aluguel social e a possibilidade de vagas desocupadas em um conjunto habitacional localizado há mais de nove quilômetros da ocupação. Tais propostas buscavam a construção de um consenso sem que fossem atendidas as reais demandas dos moradores envolvidos no processo, sendo, portanto, descartadas pela OCM.

A partir desses entraves e das dificuldade de diálogo com entes públicos envolvidos, moradores e assessores técnicos da Taramela ATAC e do Coletivo Escalar produziram o Plano Emergencial de Negociações (PEN), um relatório que sistematizava as demandas das famílias da OCM, bem como propunha alternativas possíveis para produção habitacional tomando em consideração sua viabilidade espacial, institucional e financeira. Destaca-se aqui o fato de que, dado seu caráter emergencial, o plano apresentado contou com pouca participação dos assessorados, sobretudo no desenho das tipologias e arranjos de implantação das unidades habitacionais, os quais foram melhor desenvolvidos no ano seguinte. À época, o PEN foi então repassado aos agentes intitucionais da prefeitura, os quais continuaram a conduzir o processo sem a devolutiva de garantias quanto ao

deferimento das ações de reintegração de posse, tampouco da provisão de novas habitações às famílias solicitantes.

Frente a esse quadro, a OCM decide ocupar a sede do PDT (Partido Democrático Brasileiro) - partido do então prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio, e do candidato eleito para assumir o mandato no ano seguinte, José Sarto - para demandar uma sessão de negociação direta com o executivo municipal. Tal ação surtiu efeito imediato, resultando com a desafetação de um terreno público vizinho ao previamente ocupado, destinando-o à construção de habitação de interesse social para as famílias da OCM. Destaca-se que o terreno desafetado fica ao lado de uma Área de Preservação Ambiental (APP) de um riacho, isso faz com que o espaço seja marcado por fragilidades ambientais com solo úmido e instável e a presença de um grande desnível.

Retomando, portanto, a perspectiva certariana, é possível identificar nos atores precursores da OCM justamente esse caráter de não assumir “a passividade esperada pela disciplina imposta pela cultura dominante”, atestando a abertura de um espaço de resistência e liberdade que dribla o poder hegemônico, mas com o intuito único de constituir uma melhor forma de viver (Bussinguer e Araújo, 2019). Aqui, portanto, se dá a ênfase de que embora haja uma ação subversiva, não há nenhuma intenção de romper com as estruturas hegemônicas de poder, mas apenas de reordenar sua sobrevivência, o que também se configura como espaços de resistência e liberdade.

Apesar de haver essa aproximação no ato de ocupar como forma de subversão mais contida, ao se conformar uma configuração articulada entre agentes diversos, já não se pode dizer que essa movimentação se mantém disfarçada e muito menos que agora não possua a ambição de romper com estruturas dominantes. O objetivo de alcançar melhores condições de vida permanece, contudo a rede que se criou em torno da luta atuou como fortalecimento e estímulo, abrindo perspectivas desse objetivo ser atingido por meios institucionais. Portanto, nesse momento “o contornar e fazer funcionar suas leis próprias de maneira silenciosa”, já não é cabível, embora essa lógica volte a se apresentar em outros momentos-chaves como serão observados adiante.

Nessa condução, aponta-se para o conflito enquanto ferramenta de transformação. Pois, enquanto instância ligada à atividade prática, parte de uma reorganização do presente lidando com as possibilidades que estão em jogo. Há, muitas vezes, um movimento de antecipação colocando o próprio conflito e o ato de resistência como algo na ordem da inovação, extrapolando a concepção exclusiva de um gesto reativo. Ao se pensar em imaginário relacionado com o conflito é possível lidar com aquilo que “não está” ao mesmo tempo que se lida com o “e se”. Vestígios de possibilidades e esperança começam a ser iluminados. Enquanto acontecimento e experiência, a instância do conflito, só tem a potência transformadora de abrir novas janelas do possível, muito interligado entre a troca e o contato do eu com o outro, estabelecendo partilhas de imaginários e perspectivas díspares.

Conflito com a utopia

Outro ponto-chave no histórico da OCM ocorre já no início de 2021, momento de mudança da comunidade para o novo terreno desafetado pela prefeitura. A conquista do novo espaço, pareceu abrir um canal de diálogo e negociação com o Estado, e assim, a possibilidade efetiva da conquista das moradias. Contudo, ao longo do tempo, essa convicção foi se mostrando cada vez mais utópica.

Nesse momento a assessoria pleiteou a implementação do Plano de Zoneamento Emergencial, com o intuito de atender às demandas que se desenhavam para a nova situação da Ocupação. O terreno conquistado demandava cuidados técnicos principalmente por sua topografia e com a chegada do período chuvoso, a grande preocupação era a instalação dos moradores de maneira menos precarizada possível. Assim, embasado por um Diagnóstico Ambiental anterior, foi possível mapear as zonas alagáveis, mas ainda era necessário se pensar estratégias na escala das habitações que contribuísse com a ventilação e iluminação, além de mitigar os possíveis problemas decorrentes da chuva nas habitações, como a entrada e acúmulo de água no interior das casas. Nesse contexto foram pensados meios para atender a emergência habitacional posta, mas que acabaram por ser caracterizadas por técnicas construtivas e organizacionais alheia ao campo de saberes e fazeres dos moradores, não transmitindo aos moradores meios para viabilizá-las.

O conflito, portanto, se expõe no âmbito do saber, no que tange ao conhecimento técnico em si, uma vez que, os métodos tradicionais de construção das habitações e divisão dos lotes acabam reproduzindo os modos tradicionais de repartição dos espaços, ao invés de seguir prioridades coletivas na organização espacial. Seguir métodos tradicionais se mostrou muito mais receptivo aos moradores do que priorizar estratégias de ganho coletivo.

O que leva a traçar um paralelo também com Gadotti, onde ele propõe a discussão acerca da importância de uma educação popular ter como princípio a criação de uma nova epistemologia, na qual ao mesmo tempo que se respeita o senso comum dos indivíduos, a fim de investigar a teoria presente na prática popular, é importante problematizá-la na tentativa de incorporar um raciocínio científico e unitário (Gadotti, 2012, p.07).

Simultaneamente, com a segunda onda de COVID-19, somado ao clima de frustração de longos meses de diálogos improdutivos com o Poder Público, a dificuldade de mobilização e os conflitos internos da OCM começaram a se acentuar. Apesar desses entraves, o grupo de assessoria buscou caminhos para avançar na realização de atividades, submetendo a proposta “Projeto Participativo para Melhorias da Habitabilidade da Ocupação Carlos Marighella”, no Edital de ATHIS do CAU/CE. Com o projeto aprovado, a assessoria percebeu que teria de abranger muitas dimensões em um curto espaço de tempo, 3 meses, e no contexto de menor mobilização. Dessa forma, ainda que tenha conseguido realizar atividades mais participativas, principalmente quando comparadas à elaboração do PEN, o fato de haverem muitas questões a serem abordadas e com poucos encontros para debate, impossibilitou uma apropriação efetiva de conhecimentos e propostas pelos moradores, construindo um clima expectativas frustradas de ambos os lados.

Dessa forma, depois de quase um ano da conquista da desafetação do terreno, em um contexto de crescente desmobilização da comunidade, os moradores e assessorias passaram a ficar cada vez mais descrentes da possibilidade de uma produção habitacional a curto ou médio prazo no local. Além da responsabilidade de outros agentes nesse processo de desapontamento, como o afastamento de alguns grupos apoiadores e o aumento de expectativas gerado pelo projeto realizado pela assessoria, destaca-se, em especial, a inércia estratégica do poder público. Assim, o que estava sendo dado como certo e provável no início do ano mostrou-se uma utopia ao longo desse período.

Conflito a partir dos limites

No momento recente, passado mais de dois anos de ocupação, a OCM se vê diante da urgente necessidade dos moradores por melhores condições de vida em descompasso com uma perspectiva não definida de tempo de garantia de direitos. Nesse sentido, apesar dos insistentes esforços e tentativas de negociação com o poder público, ainda não há uma política desenhada para a construção das moradias, nem sinal de vontade política por parte dos atuais governantes. Diante desse cenário, moradores, movimentos e assessorias perceberam a necessidade atuar no sentido de replanejar os caminhos anteriormente definidos. Dessa forma, encontrar novos parceiros capazes de suprir lacunas e atuar a partir do que há de possibilidades para o local.

A assessoria assumiu como método de atuação a realização de atividades mais pragmáticas, que envolvem a mitigação de riscos e possíveis melhorias das condições atuais, tendo como exemplo a realização de oficinas com engenheiros populares sobre as condições dos circuitos elétricos da OCM. Essas atividades também procuram ser catalisadores para retomar a mobilização dos moradores e inseri-los em debates que podem ter desdobramentos a médio prazo, como a criação de comissões, organização de recursos dos moradores, atividades e conversas que reforcem a organização coletiva.

Nesse sentido, o diálogo da assessoria junto ao movimento social também tem se voltado para o desenvolvimento de ações mais resolutivas no território. Com isso, os moradores têm se organizado para aterrar parte da área ao que, concomitantemente, as assessorias técnicas procuram elaborar um projeto de aterramento, loteamento e implantação de infraestrutura na área junto aos demais agentes. É nesse sentido que o apoio do Estado personaliza-se na figura do deputado estadual Renato Roseno e do vereador Gabriel Aguiar, que estão apoiando a OCM através da tentativa de garantir emendas parlamentares e na realização de consultorias ambientais. Além deles, essa reestruturação de uma rede de apoiadores também conta com a presença de grupos da engenharia elétrica e civil da Universidade Federal do Ceará (UFC) e do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC através de um projeto de extensão.

Aberturas reflexivas sobre o processo de assessoria técnica popular

A experiência nas ocupações mobiliza reflexões relevantes sobre as contradições da arquitetura como campo especializado do conhecimento. Entre elas está o ideal de integridade do projeto. A integridade buscada no campo da arquitetura depende, em suma, de uma sociedade em que as pessoas não interferem ativamente nas construções, ou seja, pouco democráticas. Esse não é o ambiente construído e partilhado nas ocupações. A população que se organiza e promove a própria oferta de moradias também coloca em xeque, o tempo todo, a integridade do projeto técnico. O projeto é objeto de questionamentos e modificações durante toda a sua elaboração e implantação.

Nesse sentido é importante reconhecer que a ideia de pedagogia social, apesar de estar dentro do campo de concepção da equipe técnica, não atingiu um nível considerável de aplicabilidade visto que o pedagogo social se configura como um agente que reconhece o conflito e o transforma em educação social por meio da mediação. Gadotti coloca ainda a pedagogia social como a práxis que não procura esconder o conflito mas compreendê-lo e acolhê-lo como evento natural, constante e humano. (Gadotti, 2012, p.25)

Dentro desse contexto, ficou nítido a necessidade de aplicar metodologias de pedagogia social ou mesmo um profissional atuante da área hábil para identificar e potencializar esses pontos de conflito, entendendo que o exercício de assessoria é bastante amplo bem como as necessidades que

exigem resoluções técnicas nos diversos cenários das comunidades. Dessa forma, por mais que não haja uma experiência técnica prévia por parte da equipe, existe a possibilidade de utilizar métodos de pedagogia social para construir soluções igualmente diversificadas, de forma democrática e horizontal, visando a efetiva coletividade das estratégias adotadas.

Ao reconhecer o conflito como ponto de inflexão nos debates desenvolvidos, alguns questionamentos podem ser levantados acerca dos recortes abordados. Talvez o conflito tenha sido apresentado sempre como um estorvo à atuação de assessoria, e por diversas vezes pergunta-se se o papel do arquiteto seria de mediador ou de técnico, de antropólogo ou pedagogo social. Mas o que busca-se antes mesmo de seccionar as mais variadas atividades inerentes à assessoria técnica, é entender como esse evento pode ser manipulado em favor da construção do bem comum.

Se esse mesmo conflito pode ser gerador de um pensamento crítico, não poderia o assessor técnico aprender a mediá-los a fim de construir novas perspectivas a partir deles? Entendendo que as disciplinas de conhecimento são diversas e complexas é também importante compreendermos o papel diante da situação posta. Como os sujeitos quanto técnicos (nós), podem ter uma compreensão sensível do conflito sem dissociar da atividade técnica? Todas essas inquietações evoluíram no decorrer das discussões, resultantes de tantas interações entre sujeitos e saberes. Talvez os recortes estejam equivocados quanto à tentativa de enxergar soluções a partir dos problemas, pois quando se trata de construções coletivas não temos uma resposta única ou um modelo a ser seguido que alcançarão os mesmos resultados. Ou a relação conflituosa entre poder e saber não abranja todas as nuances e delas não se possa extrair as devidas conclusões para os confrontos postos. Mas o que resiste dentro desse turbilhão de questionamentos é a constante busca por resolutivas, é o desejo de avançar e transgredir as barreiras e construir conhecimentos, como Freire coloca “só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros.”(Freire, p.38)

Referências

_____. **Plano Emergencial de Negociações da Ocupação Carlos Marighella**. Fortaleza, 2020.
Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1DfiDthsHw6K5dQdUvD7NQsU9TwsOIE-/view>>
Acesso em: 02 de fevereiro de 2023.

BARRETTO, Vinícius Saraiva. **Ocupação Carlos Marighella: busca pela produção habitacional local com assessoria técnica e autogestão**. Orientador: Prof. Dr. Luis Renato Bezerra Pequeno. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Fortaleza, 2022.

BUSSINGUER, Elda Coelho; ARAUJO, Hellen Nicácio. Michel de Certeau e as microressistências do herói comum: uma possibilidade de compreender o cotidiano no Direito a partir do murmúrio da sociedade. **Revista de Direito da Cidade**, v. 11, nº 4. ISSN 2317-7721. pp. 569-590, 2019. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/39569>> Acesso em: 02 de fevereiro de 2023.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Editora Vozes Ltda. Rio de Janeiro, 1998.

FARIA, José Ricardo; POLLI, Simone; GUSSO, Ramon. Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba: metodologia e categorias de análise. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 22, e202035pt, 2020. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6379>> Acesso em: 02 de fevereiro de 2023.

GADOTTI, Moacir. **Educação Popular**, Educação Social, Educação Comunitária, 2012.

SILVA, Anderson Mateus. **Pela construção de contracondutas: O planejar a partir do ocupar na na Ocupação Carlos Marighella**. Orientador: Prof. Dr. Luis Renato Bezerra Pequeno. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Fortaleza, 2022.

VAINER, Carlos. Sem título. Palestra no Seminário Nacional Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos. Salvador: GT Conflitos Fundiários Urbanos / Programa Nacional de Capacitação das Cidades / Conselho Nacional das Cidades / Ministério das Cidades, 6 a 8 de agosto de 2007.

Disponível em:

<<https://polis.org.br/wp-content/uploads/2021/06/VAINER-2007-Seminario-Nacional-Prevencao-e-Mediacao-de-Conflitos-Fundiarios-Urbanos.pdf>> Acesso em: 02 de fevereiro de 2023.